

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 3 de julho de 2001

Assunto: Processo FUNAI/BSB/1679/81 Referência: Terra Indígena Caieiras Velhas II. Interessado: Grupos Indígenas: Tupiniquim e Guarani-Mbiá. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena a que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Nº 64 - O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1679/81, e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Caieiras Velhas II, de autoria da antropóloga Maria Elizabeth Brêa Monteiro, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para, afinal, reconhecer os estudos de identificação da terra indígena, de ocupação do grupos tribais Tupiniquim e Guarani-Mbiá, com superfície e perímetro aproximados de 57,70 hectares e 3 Km respectivamente, localizada no município de Aracruz, Estado do Espírito Santo.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial de Santa Catarina, deste Despacho e dos anexos: Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo e Mapa, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

ARTUR NOBRE MENDES

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA CAIEIRAS VELHAS II

Referência: Processo FUNAI/BSB/1679/81. Terra Indígena: Caieiras Velhas II. Localização: Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo. Superfície aprox.: 57,69 ha. Perímetro aprox.: 3,07 Km. Sociedade Indígena: Tupiniquim e Guarani-Mbiá. População: 1.288 habitantes (2000). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria 1156/PRES, de 13/11/2000, coordenado pela antropóloga Maria Elizabeth Brêa Monteiro.

I - Dados Gerais

A história dos Tupiniquim e dos Guarani do Espírito Santo tem sido marcada por vicissitudes de toda a sorte. Além das dificuldades para a garantia de meios básicos de sobrevivência, questões quanto à regularização fundiária e reconhecimento dos seus direitos como grupos indígenas têm sido constantes. A mobilização dessas populações propiciou a sensibilização e suscitou o apoio de certos setores da sociedade para a defesa de seus direitos.

Tupiniquim

Estimativas para 1500 calculam os Tupiniquim com 55 mil pessoas, constituindo um dos maiores contingentes populacionais da região, compreendendo o sul da Bahia e o Espírito Santo. Relatos de historiadores registram a presença dos Tupiniquim no litoral do Espírito Santo desde o início da colonização aliados a outros grupos indígenas contra a perseguição portuguesa. A resistência dos Tupiniquim à ação repressiva dos portugueses e missionários jesuítas, com vistas à alteração das tradições indígenas e à escravização dessas populações, determinou, muitas vezes, o seu aniquilamento. Os embates com os Tupiniquim produziram obras quase épicas como a "Guerra de Ilhéus" e "Instrumentos dos Serviços de Mem de Sá", onde são descritas as ações do governador que destruiu e queimou aldeias, matando milhares de índios "Topeniquim", cujos corpos, se dispostos na praia, perfariam uma légua de extensão. Alquebrados física, social e politicamente, os Tupiniquim do litoral tiveram, que ceitar a imposição da vida em aldeamentos particulares e nos administrados pela Coroa ou pelos jesuítas.

Os Tupiniquim concentravam-se na região do rio Piraquê-Açu, onde, em 1556, foi fundada a Aldeia Nova (atual distrito de Santa Cruz) pelo jesuíta Afonso Brás. Outros aldeamentos jesuítas (São João, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Assunção ou Rerigibá, Santo Inácio dos Reis Magos e Nossa Senhora de Guaraparim) foram instalados no Espírito Santo com o objetivo de converter os povos indígenas e ocupar-lhes o território. Um surto de varíola, em 1560, e um ataque de formigas determinaram a decadência do aldeamento Aldeia Nova, provocando o deslocamento de sua população para o aldeamento dos Reis Magos, criado em 1580.

Em nome dos índios desses aldeamentos, o jesuíta João Martins requis uma sesmaria, concedida em 1610, correspondente a 6 léguas em quadra; tomando como referência o marco denominado Iapara. No ano 1760, a demarcação da sesmaria foi finalizada, estabelecendo os limites dos domínios em que mantinham posse os moradores da freguesia da Serra e os índios de Nova Almeida. O território foi medido e demarcado a partir de um lugar denominado Patrãnta, entre Jacarapé e Capuaba, indo até Comboios, tendo por extensão, na direção norte-sul, pelo litoral, nove léguas e novecentos e seis braças e meia (61,4 km) e 6 léguas (39,9 km) para o sertão, correndo o rumo de leste a oeste.

A ação dos jesuítas fez surgir diversas vilas no Espírito Santo, como a de Nova Almeida onde foram aldeados 3.700 índios. Essa vila entrou em processo de decadência, a partir da expulsão da Companhia de Jesus do país, provocando um refluxo dos seus moradores para as matas do interior ou para as vizinhanças em torno da Aldeia Velha e de Piraquê-Açu.

Durante o século XIX, os Tupiniquim são registrados por vários viajantes e cronistas que percorreram o litoral e o interior do Espírito Santo como uma parcela majoritária na composição demográfica da região do rio Piraquê-Açu. As memórias estatísticas de 1811 e 1817 indicam a povoação denominada Destacamento (povoação de Piraquê-Açu) composta unicamente de índios. O príncipe Maximiliano de Wied Neuwied (1815), o botânico Auguste de Saint-Hilaire (1818), o pintor Auguste Biard elaboraram crônicas de viagem relatando os costumes e as atividades econômicas da região compreendida pelos rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, onde a presença indígena era ponto central. Dentre as atividades econômicas observadas pelo botânico francês destaca-se o comércio de cal, feita de cascas de ostras coletadas nos manguezais que se espalhavam pelo Piraquê-Açu, dando origem ao nome Caieiras Velhas. Wied Neuwied fez referência aos índios da aldeia de Piraquê-Açu como uma população expressiva, consumidora de moluscos e peixes e cultivadora de milho, mandioca, 'bugal'.

No início do século XX, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios, os Tupiniquim apareceram nos primeiros relatórios como "índios civilizados" de origem tupi, há muitas dezenas de anos por ali estabelecidos, vivendo da lavoura e da extração da madeira. Todavia, os recursos escassos do SPI não permitiram a instalação de um posto de assistência aos Tupiniquim que viviam nas matas de Santa Cruz. Na década de 40, continuavam dispersos pelas matas, em aldeias hoje extintas (Amarelo, Olho d'Água, Guaxindiba, Cantagalo, Braço Morto, Saqué, Macaco, Batinga, Destacamento, entre outras), mas que se mantêm como referência de origem daqueles que vivem atualmente em Caieiras Velhas II ou Irajá.

Somente na década de 70 a FUNAI reconheceu a existência dos Tupiniquim no Espírito Santo e constatou a situação de desamparo a que estiveram relegados por anos consecutivos. O primeiro estudo realizado pela FUNAI com vistas à delimitação de uma área indígena para os Tupiniquim ocorreu em 1978 (Portaria nº 406/Ede 01/06/78 e sugeria a demarcação de áreas diminutas que não atendiam ao mínimo necessário à reprodução física e cultural dos Tupiniquim. Diante da total impropriedade da situação a que estavam submetidos os índios e de uma série de denúncias e confrontos envolvendo os índios e a Aracruz Celulose, foi instituído, através da Portaria nº 565/E/79, outro grupo de trabalho para realizar a eleição de área para a Reserva Indígena Tupiniquim, que deu origem à Portaria nº 609/N de 08/11/79. Por esse instrumento ficavam delimitadas as áreas Caieiras Velhas (2.700 ha), Pau Brasil (1.500 ha) e Comboios (2.300 ha), constituindo o "mínimo para garantir a sobrevivência do grupo".

Reações contrárias imediatamente se manifestaram por parte da Aracruz Celulose que se colocava como legítima proprietária da área. Acordos firmados entre Aracruz Celulose S.A., Santa Cruz Urbanizadora S.A. e Companhia Vale do Rio Doce reservaram aos índios de Caieiras Velhas uma área com 1.519 ha (Decreto nº 88926 de 27/10/83), 426 ha para Pau Brasil (Decreto nº 88672 de 05/09/83) e 2.546 ha para Comboios (Decreto nº 88601 de 09/08/83).

Em 1993, os Tupiniquim encaminharam ao presidente da FUNAI a reivindicação de anexar 13.274 ha às terras demarcadas, unificando as três áreas indígenas. O grupo técnico composto para estudar a questão (Portaria nº 783/94 de 30/08/94) concluiu pela impossibilidade de atender a essa reivindicação e propôs, juntamente com os índios, a unificação das T.I.s Caieiras Velhas e Pau Brasil, perfazendo uma superfície de 14.270 ha, permitindo, assim, a retomada dos territórios das antigas aldeias.

Com base no Decreto nº 1775/96, a Aracruz Celulose S.A. contestou a proposta de reestudo dos limites aprovada pelo Despacho nº 041/Pres/96.

A 06/03/98 foram expedidas pelo Ministério da Justiça as Portarias Declaratórias nº 193 (T.I. Caieiras Velhas, 2.804 ha), 194 (T.I. Comboios, 2.759 ha) e 195 (T.I. Pau Brasil, 1.498 ha). As comunidades indígenas de Caieiras Velhas e Pau Brasil não concordaram com as propostas apresentadas nas portarias ministeriais e passaram a efetuar uma autodemarcação baseada na proposta original do GT, o que gerou uma série de conflitos e tensões. A situação foi resolvida com a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta pelos índios, FUNAI, Aracruz Celulose e Ministério Público Federal, que estabelecia a aceitação das áreas definidas nas portarias demarcatórias e o repasse de recursos a serem utilizados em projetos econômicos e assistenciais voltados para a subsistência dessas comunidades durante 20 anos.

Guarani-Mbiá

A presença dos Guarani-Mbiá no Espírito Santo é resultado de um movimento migratório liderado pela kuña karã Tataf e seu marido karã Miguel Benitez. Chegaram por volta de 1968, vindos do Paraguai de onde seu grupo familiar provavelmente partiu na década de 40. Partiram em direção ao Rio Grande do Sul, onde fizeram a primeira parada de sua longa trajetória de migração (oguatá). Dali seguiram até alcançar o litoral de São Paulo, onde se estabeleceram em algumas localidades. A morte do marido de Tataf, provocou nova caminhada passando por Ubatuba até chegar ao Estado do Rio de Janeiro, onde se fixaram em Parati-Mirim (Tekoa Porã Maracy). Todavia, seguindo orientação de Nandêru, Tataf continuou o oguatá rumando até as terras dos Krenak, em Minas Gerais. A decisão de se estabelecer em Caieiras Velhas foi tomada em função da "revelação" que tataf teve em sonhos de que aquele era o lugar que desejavam ocupar e constituir uma casa de rezas (opy).

O grupo Guarani-Mbiá que se instalou em Caieiras Velhas teve participação nos esforços que os Tupiniquim estavam empreendendo para a expulsão dos posseiros de suas terras. Registre-se que, nessa mesma época, a Aracruz Florestal estava iniciando suas atividades na região. A pressão para que as terras fossem liberadas de qualquer entrave era muito grande. É notório o apreço que os Guarani têm pelas áreas de mata para a instalação de suas aldeias. Assim, constituíam uma presença indesejável para as atividades extrativas e de implantação de um complexo agro-industrial para produção de celulose pretendidas para as terras por eles ocupadas.

O impasse foi "resolvido" com a transferência forçada, em 1973, dos Guarani primeiramente para uma área pertencente aos Krenak e, depois, para a Fazenda Guarani, ambas no Estado de Minas Gerais. O retorno a Caieiras Velhas ocorreu em 1977, quando os Guarani passaram a ocupar uma área remanescente de Mata Atlântica, próxima à margem esquerda do rio Piraquê-Açu, mais de acordo com a forma de vida tradicional Guarani, conforme seus costumes (ñandereko). Assim, a escolha do local para a fundação da aldeia Guarani obedeceu aos preceitos tradicionais para um tekoa: água limpa, área de mata, certo isolamento, terra boa para plantar.

II - Habitação Permanente

A Terra Indígena Caieiras Velhas abriga, atualmente, duas aldeias Tupiniquim - Caieiras Velhas e Irajá - e três aldeias Guarani-Mbiá - Boa Esperança, Três Palmeiras e Piraquê-Açu - distribuídas por uma área situada no município de Aracruz, próximo à confluência dos rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, onde vivem 301 famílias, perfazendo uma população de 1.288 pessoas. Cerca de 33% da população encontra-se na faixa etária de 0 a 10 anos, o que indica um sentimento de "segurança" provida pela garantia da terra onde vivem. A demarcação da T.I. Caieiras Velhas, em 1983, deu condições, ainda que precárias, para um retorno mais intenso de família a seu território tradicional. Verifica-se, desde então, um aumento demográfico gradativo entre os Tupiniquim, sustentado pelo fortalecimento da auto-estima, uma vez que detêm agora o reconhecimento étnico e o respeito a seus direitos fundamentais, ou seja, terra e cultura.

O incremento populacional ocorre também entre os Guarani-Mbiá que hoje representam mais de 18 % da população da T.I. Caieiras Velhas. A ocupação tradicional em suas aldeias e território se faz através de dinâmicas próprias e seculares e da manutenção de laços de reciprocidade entre aldeias e famílias que habitam permanentemente o mesmo espaço geográfico. Vivendo em aldeias separadas por grandes distâncias geográficas e envolvidos por sociedades distintas, como a sociedade nacional, os Guarani-Mbiá se reconhecem como grupo diferenciado que mantém uma unidade religiosa, linguística e cultural.

A aldeia Caieiras Velhas é a maior das aldeias de área, situada em ponto central da terra indígena. A aldeia Irajá é uma das mais antigas, tendo sido fundada no século XIX, quando a região era de mata virgem e os Tupiniquim ocupavam as duas margens do rio Piraquê-Açu. O número relativamente elevado de pessoas na faixa acima de 60 anos nessas duas aldeias revela a sua tradicionalidade não só em termos espaciais, como do ponto de vista cultural. Em Caieiras Velhas e Irajá concentram-se os componentes mais velhos da comunidade, que constituem a memória do grupo e são elementos de coesão e preservação cultural e reconhecimento étnico.

O padrão tradicional de ocupação do território Tupiniquim sofreu profundos reveses devido às atividades econômicas empreendidas na região como derrubada de mata nativa e plantio de eucalipto em grande escala para fabricação de celulose. Os Tupiniquim caracterizavam-se por uma organização social baseada na agregação de cada grupo doméstico ao seu roçado, o que resultava na dispersão da comunidade dentro de uma vasta área. Havia regras de acesso à terra que não permitiam a apropriação individual dessas unidades. Esse modo de vida sofreu alterações resultantes de enorme redução das áreas de moradia e plantio e da fixação das famílias em unidades limitadas espacialmente, provocando uma maior concentração de pessoas nas aldeias restantes.

Os Guarani-Mbiá localizam-se ao sul da T.I. Caieiras Velhas, seguindo uma distribuição calcada em modo próprio de ocupação do espaço e obedecendo aos preceitos tradicionais de um tekoa (local onde é possível o Guarani manifestar sua verdadeira maneira de ser). O tekoa divide-se em pequenas regiões dentro de uma área, cada uma delas correspondendo a um grupo familiar extensivo, cujas famílias nucleares se subdividem em casas que ocupam a região sob seu domínio. Além da Aldeia Boa Esperança, os 243 Guarani-Mbiá dividem-se entre a aldeia Três Palmeiras, fundada em 1996 sob a liderança de Nelson Santos, filho de D^a Aurora, liderança espiritual que acompanhou sua mãe kuña karaí Tataí Uareté na sua "andança" para o Espírito Santo, e a aldeia Piraquê-Açu, criada em agosto de 2000. Esta localiza-se dentro de uma área de preservação ambiental onde a Prefeitura Municipal de Aracruz doou um terreno à empresa Thotham Mineração Marítima.

A região ao sul da T.I. Caieiras Velhas abrigou, anteriormente, outras aldeias Guarani e sempre se configurou como área para a prática de atividades de subsistência dos grupos indígenas da região. No final de década de 70, havia uma aldeia chamada Areia (Uikuf), situada na mata dentro da área reivindicada pela empresa Thotham para seu empreendimento econômico. Nessa aldeia viviam famílias Mbiá e Nandeva. Essa aldeia existiu até 1982, quando as pressões de Aracruz Celulose no sentido da retirada dessas famílias se intensificaram. A Aracruz promoveu o desmatamento da área e a retirada de areia e barro utilizados na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário. Ainda é possível, hoje, a localização de vestígios dessa aldeia como árvores frutíferas, poço, fragmentos de objetos de cerâmica.

III - Atividades Produtivas

Os Tupiniquim espalhavam-se por várias aldeias nas áreas do atual município de Aracruz, muitas delas desaparecidas em consequência do processo de desenvolvimento adotado pelo governo com base na implantação de um modelo agro-industrial voltado para a produção de celulose.

As aldeias apresentavam, de uma forma geral, um padrão de ocupação de área caracterizado por casas no centro da mata, afastadas, com roçados de mandioca, feijão, milho, cana, cará, além de árvores frutíferas como banana, jaca, caju, guaviroba, manga, limão. Até a introdução da monocultura do eucalipto, os Tupiniquim obtinham todos os recursos necessários à subsistência com base nas atividades de caça, coleta de frutos, mel e matérias-primas, pesca e mariscagem. As matas e florestas nativas utilizadas pelos Tupiniquim compreendiam cerca de 30 mil hectares de área caracterizada por uma alta diversidade biológica.

A caça na região era abundante e variada e as armadilhas como o mundéu, o laço, o quebra-cabeça, o fojo, o quitandu eram confeccionadas para cada tipo de animal. Ainda hoje encontram-se armadilhas nas áreas de matas que se mantiveram na região próxima ao rio Piraquê-Açu. Todavia, a destruição das matas, a plantação de extensas florestas de eucalipto, a poluição dos rios e córregos, o esgotamento dos solos alteraram o ecossistema ao qual os Tupiniquim estavam adaptados e detinham um profundo conhecimento, fruto de um aprendizado transmitido ao longo das várias gerações que ali viveram desde antes da chegada dos colonizadores, o que os obrigou a mudanças nos hábitos alimentares, entre outros costumes.

Percebe-se que os Tupiniquim enfrentam problemas maiores com relação à produtividade do solo, considerando que parte das terras que ocupam sofre mais diretamente a ação das plantações de eucalipto, o que aumenta a dependência desses índios por insumos para a produção agrícola. Hoje, a criação de pequenos animais ("animais de quintal") complementa, em parte, a alimentação do grupo. A criação de gado, ainda muito incipiente devido à ausência de pastagens adequadas, consiste também numa tentativa de melhorar as condições de vida.

A pesca sempre foi uma atividade importante tanto para os Tupiniquim quanto para os Guarani, como registram cronistas e viajantes que percorreram a região. Além dos métodos de pesca com linha, rede, cabaça, arpão, os índios construíam diques em pedra na beira do mar ou barragens feitas com galhos de árvores nas entradas dos pequenos córregos. Durante a pesquisa de campo, moradores de Santa Cruz alertaram o grupo técnico para a existência desses canais próximo ao Piraquê-Açu.

Além de grande quantidade de peixes, o consumo de moluscos e crustáceos é destacado nesses relatos etnográficos. Muitas das aldeias Tupiniquim se situavam às margens de rios e córregos piscosos. A variedade de peixes, crustáceos e moluscos propiciava uma rica fonte de alimentação, assim como de recursos financeiros. A venda de cal, de caranguejo e mariscos, além de farinha de mandioca, nas cidades próximas (Barra do Riacho, Santa Cruz), garantia a compra de mercadorias não produzidas na aldeia.

O sistema hidroviário Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, como se pode notar, sempre desempenhou papel fundamental para as relações de comércio e de troca entre a sociedade regional e os índios Tupiniquim.

O artesanato era igualmente uma atividade comum entre os Tupiniquim e importante fonte de renda. Era na "mata grossa" onde se situava grande parte das aldeias e onde eram coletadas as matérias-primas essenciais para a confecção de armadilhas de pesca (quitambu, jequiá), colheres de pau, gamelas, esteiras, remos, peneiras, cestos, samburás, balaios, tipitis. Encontrar, hoje, taquara, taboá, guarumã e embira requer muito esforço. Quando a Aracruz se instalou, proibiu o acesso dos índios para retirar matéria-prima para a confecção de artesanato.

A área de 57,70 ha a ser incorporada à T.I. Caieiras Velhas, denominada T.I. Caieiras Velhas II, conserva ainda matas onde os Tupiniquim e os Guarani coletam matéria-prima para a confecção de artesanato, de essências de uso fitoterápico. Compreende também uma área de mangue, de onde os índios retiram guaiamuns, mariscos e outros crustáceos, essenciais à alimentação Tupiniquim e fonte de recursos financeiros. Os Guarani-Mbiá preferem os peixes aos mariscos para sua alimentação, todavia, a coleta de caranguejos e siris é uma atividade comum em ambos os grupos indígenas.

Os laços comunitários eram mantidos pelos "ajutórios" como mutirão para abertura de roça, divisão de um animal de caça, troca de produtos. Outro mecanismo de reforço das relações entre as aldeias eram as festas religiosas, como a "Dança do Tambor", quando os "índios das matas" se dirigiam para Caieiras Velhas e Pau Brasil. Hoje, além das festas, o futebol é uma atividade que propicia a integração entre as aldeias e entre os índios e a sociedade regional. Periodicamente são organizados campeonatos internos, entre as aldeias, e contra equipes de outras localidades do Estado.

Na Terra Indígena Caieiras Velhas, as atividades econômicas predominantes continuam sendo a agricultura e a pesca, apesar das sérias alterações ambientais decorrentes do plantio de eucalipto nas regiões que circundam as aldeias, levando a alterações em alguns hábitos tradicionais de organização espacial e formas de produção. Os índios mantêm suas culturas de feijão, mandioca, milho dentro de práticas agrícolas tradicionais como o sistema de "descanso" da terra por um ou dois anos, o uso do calendário lunar, a preservação das áreas de matas remanescentes. Além das formas tradicionais, a venda de produtos como o coco na época do verão, café, mariscos e artesanato para a população local e turistas constitui outra forma de obtenção de recursos para a sobrevivência do grupo.

Em consequência da última demarcação realizada em 1998, que definiu os limites da T.I. Caieiras Velhas, algumas parcelas do antigo território Tupiniquim foram recuperadas. Nessas áreas, antes em poder da empresa Aracruz, havia plantações de eucalipto em diversos estágios que hoje os índios exploram e vendem para a empresa. Todavia, eles já começam a perceber os problemas advindos de monocultura: não é uma prática tradicional, necessitam de acompanhamento e assessoria externa e os preços oscilam. No momento, estão empenhados em encontrar soluções mais adequadas às tradições indígenas, diminuindo a dependência externa.

Paralelamente, muitos Tupiniquim de quase todas as aldeias trabalham como servidores da prefeitura municipal de Aracruz, funcionários da Aracruz Celulose ou como prestadores de serviços nas localidades próximas às aldeias. A Associação Indígena Tupiniquim e Guarani - AITG contrata pessoas da comunidade para trabalhar em atividades administrativas ou prestar serviços auxiliares. Em alguns casos, a necessidade de trabalhar fora da aldeia implica a saída de famílias de suas terras para morar na periferia das cidades. Contudo, nos últimos tempos, essa situação tem-se mostrado menos frequente.

Em 1998, os Tupiniquim e os Guarani assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta com a Aracruz Celulose que se comprometeu a reparar anualmente recursos financeiros para as comunidades indígenas, além de promover projetos assistenciais. Parte desses recursos são divididos pelas famílias Tupiniquim e Guarani. São desenvolvidos também projetos agrícolas de subsistência coletiva, em que todos têm direito a uma parte dos gêneros produzidos e remuneração de acordo com os dias trabalhados.

Os Guarani-Mbiá vivem, hoje, no limite sul da T.I. Caieiras Velhas, junto ao Piraquê-Açu, numa área de mata que, graças à mobilização do grupo, foi, em parte, preservada do processo de desmatamento efetuado pela Aracruz Celulose na região. Plantam mandioca, café, feijão e milho, inclusive o milho primitivo (cateto roxo), além de cana-de-açúcar, abacaxi, banana e outras árvores frutíferas. As condições ambientais não são boas, a terra é insuficiente e desgastada, o que limita a produção de alimentos. Todavia, a produção sem o uso de pesticidas pode ser considerada bem-sucedida.

Na área em reestudo, onde se localiza a aldeia Piraquê-Açu, existe uma roça de 1,5 ha de mandioca. Para 2001, há a previsão de plantar 2 ha de açaí e 1 ha de coco, além da expansão da cultura de mandioca.

A atividade principal é o artesanato que comercializam na região. Mantêm pequenos barracões junto à estrada Santa Cruz-Aracruz onde expõem as peças para venda. Para tanto, a mata é de grande importância fornecendo matérias-primas essenciais à confecção dos artefatos.

A exiguidade de terra e o esforço em manter o resto de mata fazem com que os Mbiá ocupem praticamente toda a área a eles disponível com suas casas, caminhos, plantações de árvores frutíferas e pequenas roças familiares.

IV - Meio Ambiente

A Terra Indígena Caieiras Velhas está sob influência direta e indireta de uma série de intervenções de ordem ambiental, com sérias consequências para a organização e reprodução dos grupos étnicos que ali vivem. O complexo industrial instalado pela empresa Aracruz Celulose para produção de celulose e derivados exerce influência direta e de grande impacto sobre essa região. Em área de 215.000 ha, a Aracruz possui 141.000 ha de plantios de eucalipto, intercalados com 66.000 ha de reservas nativas constituídas de ecossistemas diversificados. Esses plantios, presentes dentro e no entorno da T.I. Caieiras Velhas, trouxeram como consequência a inegável redução da biodiversidade, a proliferação de insetos e fungos, o desaparecimento de aldeias, com a diminuição de seus territórios tradicionais, e uma profunda alteração nos padrões culturais das etnias que ali vivem.

Na direção NE-SW corta a terra indígena uma tubulação de rede de esgotos sanitários que despeja os efluentes in natura na margem do rio Piraquê-Açu. A tubulação e os tanques de decantação da Estação de Tratamento de Esgotos Sanitários ("pinicão") que atende aos distritos de Coqueiral e Santa Cruz constituem risco de contaminação de espécies animais e vegetais que habitam o leito do rio Piraquê-Açu e a área de entorno dessas instalações. Os três tanques de decantação a céu aberto, construídos há mais de 20 anos, podem já ter provocado a contaminação dos solos e rochas pertencentes ao aquífero local que pode estar atingido por contaminação pelo processo antigo de acumulação de resíduos sanitários. Além disso, a existência dos tanques, sem nenhum tipo de proteção ou placa de advertência, constitui um risco para a população que se utiliza da área para a coleta de matérias-primas para a confecção de medicamentos e artesanato, mariscagem e outras atividades inerentes à organização econômico-social dos povos indígenas da T.I. Caieiras Velhas e, em especial, crianças. Casos de vazamento de tubulação de esgoto já foram registrados na região, sendo o mais grave o que ocorreu em 1998 próximo à aldeia Três Palmeiras que pode ter provocado a morte de uma criança Guarani. Análises bacteriológicas de amostras de águas coletadas durante os trabalhos de campo do GT em diferentes pontos da terra indígena (escolas das aldeias Caieiras Velhas e Três Palmeiras, saída da tubulação da rede de esgoto), constataram a presença de coliformes fecais e coliformes totais em grande quantidade. Esses resultados, provenientes das análises realizadas pelo Laboratório Central Noel Nutels, no Rio de Janeiro, diferem das análises procedidas pelo Serviço Autônomo de Águas e Esgotos (SAAE/FNS/MS) que classificam as águas como boas para o consumo humano. A contradição nas análises suscita uma inspeção mais profunda sobre a qualidade das águas de abastecimento que atendem as aldeias indígenas.

Outra interferência na T.I. Caieiras Velhas é a tubulação do gasoduto da Petrobrás, proveniente da Plataforma de São Mateus/ES, que corta um trecho de 2,5 km de extensão situado à margem da rodovia ES-10. O gasoduto, construído em 1983, subtraiu aos índios áreas de roça, importantes para a sua subsistência, além de submetê-los aos riscos decorrentes desse tipo de intervenção. Não foi informado ao GT sobre a existência de um Programa de Proteção de Risco Ambiental para essas instalações que contemple a manutenção dos equipamentos, avaliação de riscos para as comunidades indígenas ou outros cuidados pertinentes.

Passam também pela T.I. Caieiras Velhas estradas de tráfego constante, como a ES-10, onde não se verifica sinalização ou outros recursos de advertência eficientes para os motoristas que transitam na região, o que coloca em frequente perigo os moradores das aldeias e a fauna da área. Atualmente vem sendo asfaltada a estrada municipal Coqueiral - Aracruz, que atravessa 27 km da terra indígena no sentido SE-NW. Para essa obra não houve nenhum estudo ambiental prévio ou aprovação de parâmetros técnicos junto às esferas de competência.

Mais recentemente, em 1999, foi doado pela Prefeitura de Aracruz à empresa Thotham Mineração Marítima Ltda. um terreno, dentro da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, para implantação de um projeto de exploração mineral de calcário coralíneo, incluindo a construção de um píer para o recebimento do material, além de instalações para armazenamento e estocagem dos sedimentos biodetríticos. A área possui trechos de manguezal na margem do rio Piraquê-Açu e um pequeno trecho de Mata Atlântica, um dos últimos do litoral do Espírito Santo. De acordo com especialistas em meio ambiente, citados no relatório circunstanciado, a bacia do Piraquê-Açu, onde se localiza a área pretendida para o empreendimento econômico, abriga um conjunto de fatores (litoral rochoso, manguezais, estuários, correntes) que propicia um ecossistema marinho ímpar. Sua importância ambiental justifica a elaboração de um programa de proteção especial para toda a orla central do Estado do Espírito Santo. Qualquer atividade de impacto ou interferência, como o que vem sendo proposto pela empresa Thotham, põe em risco de extinção espécies marinhas, prejudica a sua reprodução, diminui a produção pesqueira e suprime a cultura e os conhecimentos de comunidades que ali vivem integradas. Interferências, como o projeto de exploração mineral proposto, podem inviabilizar a utilização do território tradicional por parte dos Tupiniquim

e Guarani-Mbiá, com a descaracterização do meio ambiente, em especial das poucas áreas de mata que restam.

Acresce-se a essas interferências diretas, outras ordens de distúrbios ao modo de vida das comunidades indígenas. Em virtude da previsão da instalação do empreendimento da empresa Thotham, diariamente, pessoas se reúnem para a coleta de algas calcáreas vivas e mortas na orla marítima, praias e mangues na localidade de Santa Cruz. De acordo com informações locais, os catadores recebem R\$ 1,00 (um real) por saco de algas. Cabe registrar que essa coleta vem sendo realizada sem nenhum tipo de licenciamento por parte dos órgãos competentes. Essa atividade, além de se proceder à revelia dos condicionantes da legislação ambiental, provoca alterações no ecossistema de Santa Cruz, com forte influência nas atividades tradicionais desenvolvidas pelos Tupiniquim e Mbiá de pesca e mariscação.

É fundamental considerar, também, a preocupação que outras aldeias, como Pau Brasil, vêm manifestando com relação à implantação de uma atividade econômica de extração mineral na área em estudo. Reconhecem, acertadamente, que os danos possíveis têm uma amplitude muito maior do que a princípio se costuma perceber. Os prejuízos que podem advir de um empreendimento como o pretendido pela empresa Thotham afetarão não só a T.I. Caieiras Velhas, geograficamente mais próxima, mas a totalidade das populações indígenas que têm a região como um habitat complexo e diversificado. O mangue, o rio Piraquê-Açu, a faixa remanescente de Mata Atlântica, ao sul de Caieiras Velhas, são fontes essenciais para a reprodução física (alimentação) e cultural (artesanato, medicamentos, cosmologia).

V - Reprodução Física e Cultural Tupiniquim

A negação de uma identidade diferenciada, a repressão que sofreram a ponto de evitar falar a língua provocaram uma série de modificações nas formas de organização Tupiniquim, chegando a se reconhecerem como "caboclos Tupiniquim", em oposição aos índios "selvagens" do passado. O interesse e a valorização dos aspectos étnicos, o acesso às suas terras tradicionais, a recuperação das relações comunitárias figuram como elementos essenciais que propiciaram uma revitalização cultural e um reconhecimento dos Tupiniquim como povo diferenciado.

Os critérios de pertencimento e exclusão à etnia Tupiniquim sofreram alterações à medida que a organização política do grupo foi se desenvolvendo. Todavia, ter uma história comum, ter sido criado na comunidade e deter a memória do grupo são aspectos importantes para ser Tupiniquim. Nesse sentido, as festas religiosas revelam-se como meios para a atualização dos seus valores fundamentais, contribuindo para dar suporte à organização social desse grupo durante muito tempo identificado como "caboclo" como estratégia para fugir à repressão que sofreu em épocas anteriores. Tradicionalmente, cabia às festas religiosas, caracterizadas pela "Dança do Tambor" ou "Banda de Congo", o papel de estreitarem laços de parentesco, pois possibilitavam o surgimento de relações de afinidade entre as aldeias. As famílias indígenas embrenhavam-se pelas matas, a caminho da aldeia onde houvesse a "Festa do Tambor", tradição indígena secular, assinalada por viajantes e cronistas no século XIX.

Nos anos 50, a partir de estudos sobre o folclore do Espírito Santo, em especial a Banda de Congos, os Tupiniquim voltaram a ganhar visibilidade e ser reconhecidos como grupo diferenciado. Todavia, esse reconhecimento não impediu que o governo do Estado cedesse terras para a empresa Aracruz Florestal, no final da década de 60, dando início a um sistemático processo de expulsão dos índios dos seus territórios tradicionais.


Hoje, a "Dança do Tambor" é realizada apenas em Caieiras Velhas, onde se concentram outros festejos, associando a antiga tradição dos ritos religiosos, das festas dos dias santos (São Benedito, Santa Catarina, São Sebastião e N.S.ª da Conceição), às comemorações diversas, como o Dia do Índio. Por possibilitar o contato, as trocas e a integração simbólica das comunidades indígenas as festas constituem uma atividade que sempre reitera a identidade dos "caboclos" Tupiniquim. Verifica-se um incremento na valorização e interesse dos Tupiniquim pelas tradições, costumes e crenças, o que possibilita o seu reconhecimento como povo diferenciado.

Os Tupiniquim são majoritariamente católicos, mas outros cultos religiosos - Assembléia de Deus e Deus é Amor - instalaram-se na área.

Enterram seus mortos seguindo os rituais de sua religião: os mortos de Caieiras e Irajá são enterrados em Santa Cruz. Todavia, os índios afirmam que existiam antigos locais de sepultamento no Sapê do Macaco, lugar situado entre a aldeia de Irajá e a sede do município de Aracruz, e em Destacamento, local de uma antiga aldeia, onde hoje está instalada uma igreja e de cemitério indígena na cabeceira do rio Piraquê-Açu.

O fato é que há evidências arqueológicas da presença indígena em toda a faixa litorânea do Estado do Espírito Santo, com localização de sítio da fase Itaúnas principalmente nos vales dos rios Reis Magos e Piraquê-Açu. A descoberta de urnas funerárias de provável origem tupi, na década de 90, em terreno próximo à entrada do distrito de Santa Cruz, confirma a ocupação imemorial indígena na região.

Foram encontrados também fragmentos de cerâmica dentro da área Caieiras Velhas II, objeto do estudo do GT, contígua aos atuais limites da T.I. Caieiras Velhas, na parte sul, que evidenciam a presença indígena na região, o que sugere a realização de estudos específicos para a identificação dessas peças. A descoberta desse sítio arqueológico tupi, fronteiro à Terra Indígena Caieiras Velhas, na outra margem do rio Piraquê-Açu, suscitou o interesse dos Tupiniquim na preservação desses antigos locais e na montagem de um centro de exposição e documentação sobre a presença indígena naquela região. Essas descobertas, além de outros materiais, são, pois, fundamentais para que os Tupiniquim concretizem esse projeto.

| | |
|--|------------------|
| INSTITUTO | |
|  | |
| Documentação | |
| SOCIOAMBIENTAL | |
| Fonte | DOU |
| Data | 04/07/2001 Pg 12 |
| Class. | 450.23(5) |

Guarani-Mbiá

A análise de versões dos mitos de origem e construção do mundo e da sociedade Guarani-Mbiá é fundamental para o conhecimento de algumas regras que definem os conceitos desses índios sobre o mundo. No plano terrestre, o mundo Mbiá é formado pela dimensão do seu território tradicional e pelos tekoa (aldeias), fragmentos da terra que representam os suportes e estruturas desse mundo. Tekoa seria, pois, o lugar onde existem as condições de se exercer o 'modo de ser' Guarani. Podemos qualificar o tekoa como o lugar que reúne condições físicas (geográficas e ecológicas) e estratégicas que permitem compor, a partir de uma família extensa com chefia espiritual própria um espaço político-social fundamentado na religião e na agricultura de subsistência. Para que se desenvolvam relações de reciprocidade entre os diversos tekoa Mbiá é preciso, que estes, em seu conjunto, apresentem certas constantes ambientais que permitam aos Mbiá exercerem seu "modo de ser" e aplicar suas regras sociais.

Fatores objetivos, como a deterioração da terra, e subjetivos, do âmbito de sua religião e cosmogonia, são causas para migrações. A "busca da Terra sem Mal" (yvy marã'ey), espaço mitológico onde há fartura, é também a procura por uma terra boa, mata intocada, onde é possível viver e produzir.

Devido às migrações e à mobilidade entre as aldeias, os Mbiá vivem em contínuo processo de reorganização social. E, sob o determinador da busca de localização num espaço que facilite o acesso à Terra sem Mal, dão forma e estrutura à sua movimentação. Desse modo, e sob a observância severa das regras, esses índios conseguem torná-las malcáveis o suficiente para que, sem transgredilas, possam se reproduzir cumprindo seu projeto. É fundamental entender que as relações de parentesco e reciprocidade extrapolam os limites da aldeia, estendendo-se às diversas regiões do território Guarani onde se inserem suas aldeias, constituindo, assim, uma grande rede de comunicação e de intercâmbios econômicos e culturais (sementes, espécies vegetais e medicinais, artefatos de uso etc.).

Os tekoa Guarani-Mbiá podem ser formados a partir de uma família extensa desde que tenha uma chefia espiritual e política própria. O cacique é a autoridade maior nas aldeias Guarani, a quem compete representar os interesses gerais da comunidade, perante a própria comunidade e junto aos diversos setores da sociedade nacional. Também cabe a ele delegar a outros algumas funções bem como se fazer representar. De um modo geral, nas aldeias Guarani-Mbiá da atualidade, o cacique é chefe ou integrante do grupo local dominante na aldeia e, em alguns casos, exerce, além da chefia política, a chefia religiosa. Nas aldeias que agregam maior número de famílias extensas já estabelecidas localmente há algum tempo, a escolha do cacique pode ser decidida por uma "eleição". Também observa-se nessas aldeias o deslocamento da chefia política em relação à religiosa.

O contingente populacional de um tekoa varia, de um modo geral, de 20 a 300 pessoas, compondo unidades familiares integradas pelas chefias espiritual e política que podem coincidir. A organização espacial interna das aldeias é determinada pelas relações de afinidade e consanguinidade. Segundo os padrões tradicionais Guarani, a família extensa é composta, em princípio, pelo casal, filhas, genros e netos, constituindo-se numa unidade de produção e consumo. Atualmente, a família extensa, ainda que tenha algumas variantes na sua composição, é a unidade de produção. Porém, a 'propriedade' das roças e o consumo dos produtos são da família elementar, depois do nascimento dos filhos do casal. Isto não exclui os serviços nas roças do sogro e a realização de mutirões entre as famílias. As aldeias Guarani são, assim, o espaço onde os índios encontraram as condições de reproduzir seus costumes, renovando mitos e ritos. Entretanto, nos últimos anos, vêm enfrentando problemas com a progressiva deterioração do solo e de outros recursos naturais.

A incorporação da área de 57,70 ha na margem esquerda do rio Piraquê-Açu, ao sul da T.I. Caieiras Velhas, e doravante denominada TI Caieiras Velhas II, é importante porque ali se encontram recursos para a confecção de "remédios naturais" e outras atividades tradicionais dos Mbiá. A importância dessa pequena parcela de Mata Atlântica está na sua diversidade e riqueza de vegetação.

Além dos métodos tradicionais, os Tupiniquim e Mbiá contam com dois postos de saúde. Grande parte das enfermidades listadas tem origem nas más condições de saneamento, não obstante a FUNASA, responsável pela assistência à saúde indígena, reconhecer o saneamento como "um dos mais importantes instrumentos de promoção de saúde e prevenção de doenças". As análises das amostras de água coletadas durante os trabalhos de campo do GT pelo geólogo Múcio Nobre Ribeiro nas T.Is. Caieiras Velhas e Caieiras Velhas II, indicam a má qualidade da água para consumo humano com presença de coliformes totais e coliformes fecais acima dos índices tolerados.

Os conflitos com a empresa Aracruz, por outro lado, reforçaram e ampliaram as regras que orientavam as atividades de suas unidades familiares. Nesse quadro, em todas as terras indígenas Tupiniquim surgiu a figura do cacique. O Conselho Indígena, que nasceu como forma de suporte político para a mobilização na luta pela retomada do território, hoje, com a vigência do Termo de Ajustamento de Conduta, tem funções importantes no tocante à utilização dos recursos financeiros repassados pela Aracruz e à análise de sua aplicação. O Conselho Indígena se divide em duas instâncias: Conselho Deliberativo, que se reúne quinzenalmente, e o Conselho Fiscal, cujas reuniões ocorrem uma vez ao mês e tem por atribuição fiscalizar as prestações de contas. Cada aldeia tem um representante em cada um dos conselhos. Ainda em virtude do Termo assinado em 1998, os índios criaram a Associação Indígena Tupiniquim Guarani, com sede na aldeia Caieiras Velhas.

A educação é vista entre os Tupiniquim e Guarani-Mbiá como um instrumento para melhor conhecer os seus direitos. Na T.I. Caieiras Velhas existe uma escola indígena em cada aldeia, atendendo a 352 crianças das duas etnias no 1º segmento do ensino fundamental. As aulas para alunos do 2º segmento do 1º grau e do 2º grau são ministradas em escolas fora da terra indígena que atendem a 243 alunos. Além desses, estudam no nível superior 12 índios que fazem curso nas áreas de Pedagogia, Geografia, Administração e Letras. Um fator importante a ser considerado consiste na dificuldade que as crianças indígenas sentem em frequentar as escolas fora das aldeias. Há ainda um grande preconceito e os Guarani, em particular, se ressentem dessa situação, o que leva grande parte dos alunos a paralisar seus estudos na 4ª série do 1º grau.

A dependência externa, a perda de auto-suficiência para a reprodução física e cultural são também questões que vêm preocupando as comunidades indígenas Tupiniquim e Guarani-Mbiá. A necessidade de dinheiro para se ter acesso à iluminação ou ao gás para cozinhar mostra uma mudança na forma de vida dessas comunidades que avaliam uma melhora apenas relativa nas condições de vida atuais. O esgotamento dos recursos naturais também vem influenciando na vida dessas comunidades que viram seus córregos secarem ou poluírem devido às plantações de eucalipto e ao uso de defensivos químicos.

VI - Levantamento Fundiário

Em 13/11/2000 foi publicada a Portaria nº 1156 instituindo grupo técnico para proceder recatados dos limites da T.I. Caieiras Velhas, em virtude da doação, pela prefeitura municipal de Aracruz, de um terreno de 5,0 ha à Empresa Thotham Mineração Marítima Ltda., efetivada pelo Decreto nº 8851/99, para implantação de um projeto de exploração mineral de calcário coralíneo. Nessa área está prevista a construção de um píer para o recebimento do material explorado, além de instalações para armazenamento e estocagem dos sedimentos bio-destrutíveis.

A área em questão é parte da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, criada através da Lei Municipal nº 994 de 16/07/1986, como parte de um acordo entre o governo do município de Aracruz e os grupos indígenas Tupiniquim e Guarani para manter a área preservada.

A doação do terreno provocou o rompimento desse acordo e o questionamento de sua legalidade junto à Vara da Justiça Federal de Vitória/ES através da proposição de uma Ação Civil Pública nº 2000.50.01.002485-9, impetrada pela Organização Consciência Ambiental - ORCA.

A execução dos trabalhos pela Thotham e a flagrante quebra do acordo por parte do prefeito do município de Aracruz, acompanhada da apreensão em verificar que, mais uma vez, uma área de vocação ecológica sofreria uma agressão à sua integridade, mobilizaram os Tupiniquim e os Guarani-Mbiá. Como forma de manter a área preservada, famílias Guarani-Mbiá se deslocaram, em agosto de 2000, para o terreno doado, ocupando-o.

A ação dos índios provocou uma série de reações por parte da prefeitura de Aracruz e da empresa beneficiada, que ingressou com uma ação possessória (Proc. nº 2000.50.01.006797-4/Classe 50116ª Vara/SJ/ES).

Pedro da Silva (Peru), cacique da aldeia Piraquê-Açu, denunciou tentativas de intimidação para que as famílias saíam da área ocupada. Ameaças de colocar fogo nas casas e tiros são frequentes. Diante da situação de tensão, do risco de desrespeito aos direitos indígenas e das solicitações, para que não fosse mais uma vez permitida uma subtração ao território tradicional Tupiniquim e Mbiá, a FUNAI instituiu grupo técnico para proceder novos estudos de identificação e delimitação da T.I. Caieiras Velhas, com vistas à incorporação da área compreendida pela Reserva Ecológica do Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, ora denominada TI Caieiras Velhas II.

VII - Conclusão

Os fatores que um grupo étnico considera fundamentais e essenciais para configurar o seu território originam-se de princípios culturais e particulares provenientes de seu sistema econômico, de sua forma de parentesco e organização social, de sua vida cerimonial e religiosa, de sua experiência histórica. Nesse sentido, o território indígena é muito mais que um espaço de subsistência. É resultado de uma concepção própria de tempo e de espaço, que implica uma relação específica com a natureza de acordo com representações historicamente elaboradas. Essa concepção de território gera, igualmente, um entendimento específico da terra não apenas como um recurso natural, mas como um recurso sócio-cultural.

Os Tupiniquim e Guarani-Mbyá vêm, ao longo dos últimos 30 anos, lutando pelo reconhecimento de suas terras e pela recomposição de seu território tradicional. A partir de um breve levantamento histórico, e com base em dados coletados durante os trabalhos de campo do último grupo técnico, verifica-se o descaso com que as autoridades municipais e alguns setores do governo do Estado tratam a questão indígena e o meio ambiente. A área está sob influência direta de uma série de intervenções para as quais não houve nenhum tipo de estudo de impacto ou reparação adequada às populações atingidas.

Quando os Tupiniquim e Guarani, em acordo com o prefeito de Aracruz, Primo Bitú, abriram mão da faixa de terra em estudo, não foi por desconsiderar sua condição de terra indígena. A decisão levou em conta as condições da área que, à época, já estavam comprometidas pelo funcionamento prolongado e sem nenhum monitoramento efetivo da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário. A opção por deixar esse terreno fora dos limites da Terra Indígena Caieiras Velhas, e como parte da Reserva Ecológica dos Manguezais, visava a recomposição e preservação dessa área. A implantação de outro empreendimento, cuja gama de consequências ainda não pode ser avaliada, seria um desrespeito a um acordo efetuado entre representantes legitimados pelo poder constituído e pelos povos indígenas envol-

vidos e uma grave intervenção numa área já debilitada do ponto de vista ambiental.

O trecho em estudo é necessário à proteção e à preservação ambiental da Terra Indígena Caieiras Velhas e de seu entorno. Trata-se de uma área bastante vulnerável devido à sua localização próxima à ponte sobre o rio Piraquê-Açu e por já possuir um pier semi-construído, o que a torna bastante visada por terceiros que pleiteiam esse trecho de terra para instalação de possíveis atividades de resultados nocivos ao ecossistema local.

A área, que possui trechos de manguezal na margem do rio Piraquê-Açu incluídos na Reserva Ecológica dos Manguezais dos Rios Piraquê-Mirim e Piraquê-Açu, é de ocupação tradicional e vem sendo utilizada pelos Tupiniquim e Guarani como área de pesca, coleta de frutas e plantas nativas, plantio e manejo de espécies florestais. A existência de pequena faixa de floresta nativa (Mata Atlântica) remanescente, próxima à linha de divisa da demarcação, favorece essas atividades. A incorporação desse trecho de floresta assegura maior proteção contra futura devastação.

Registre-se que os índios entendem o ambiente como totalidade e as agressões a esse ambiente são sentidas como extensivas ao mundo como um todo. As interferências tratadas, por vezes, como indiretas ou de baixa intensidade do ponto de vista do não índio, para os Guarani e Tupiniquim são irreversíveis e a degradação ambiental representa não só um novo impacto, mas um processo sistemático de destruição do mundo.

Nesse sentido, o empreendimento da Thotham Mineração Marítima Ltda. afeta não só as aldeias geograficamente próximas a sua área de ação (aldeias Três Palmeiras e Boa Esperança), mas as áreas indígenas do Estado do Espírito Santo que configuram uma unidade étnica e cultural.

Considerando que toda política de desenvolvimento deve se cingir de uma preocupação com o meio ambiente numa perspectiva de desenvolvimento sustentável que considera não só a questão econômica, mas principalmente o atendimento adequado das necessidades humanas e considerando terra indígena como o habitat onde os grupos se reconhecem e são reconhecidos pela sociedade, mantendo um vínculo de continuidade com seus primitivos moradores, e onde estão presentes os meios capazes de garantir sua sobrevivência físico-cultural, o grupo técnico instituído pela Portaria nº 1156/00 propõe, com base em novos estudos realizados em campo e em consonância com os índios Tupiniquim e Guarani-Mbiá a identificação e delimitação da área contígua ao limite sul da TI Caieiras Velhas, com a denominação de TI Caieiras Velhas II visa, principalmente, proteger uma região de inegável importância ambiental e as comunidades indígenas Tupiniquim e Guarani que serão diretamente afetadas com a implantação de empreendimentos econômicos, a exemplo do pretendido pela empresa Thotham Mineração Marítima Ltda. A área estudada teve sua extensão inicialmente estimada em 50,69 ha, mas os cálculos digitalizados por geoprocessamento apontaram a superfície de 57,70 ha, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

MARIA ELIZABETH BRÊA MONTEIRO
Antropóloga/Museu do Índio
Coordenadora GT 1156/00

Diretoria de Assuntos Fundiários - DAF
Departamento de Demarcação - DED
Memorial Descritivo de Delimitação
Denominação
Terra Indígena Caieiras Velhas II
Grupo Indígena
Tupiniquim e Guarani
Localização
Município: Aracruz Estado: Espírito Santo
Administração Executiva Regional: Governador Valadares
Coordenadas dos Extremos

| Extremos | Latitude | Longitude |
|----------|-----------------|-------------------|
| Norte | 19°52'49,976" S | 40°12'45,689" WGr |
| Leste | 19°56'05,215" S | 40°08'46,185" WGr |
| Sul | 19°57'05,820" S | 40°09'50,287" WGr |
| Oeste | 19°54'10,346" S | 40°13'53,339" WGr |

Base Cartográfica

| Nomenclatura | Escala | Órgão | Ano |
|--------------|-----------|-------|------|
| SE.24-Y-D-IV | 1:100.000 | IBGE | 1979 |

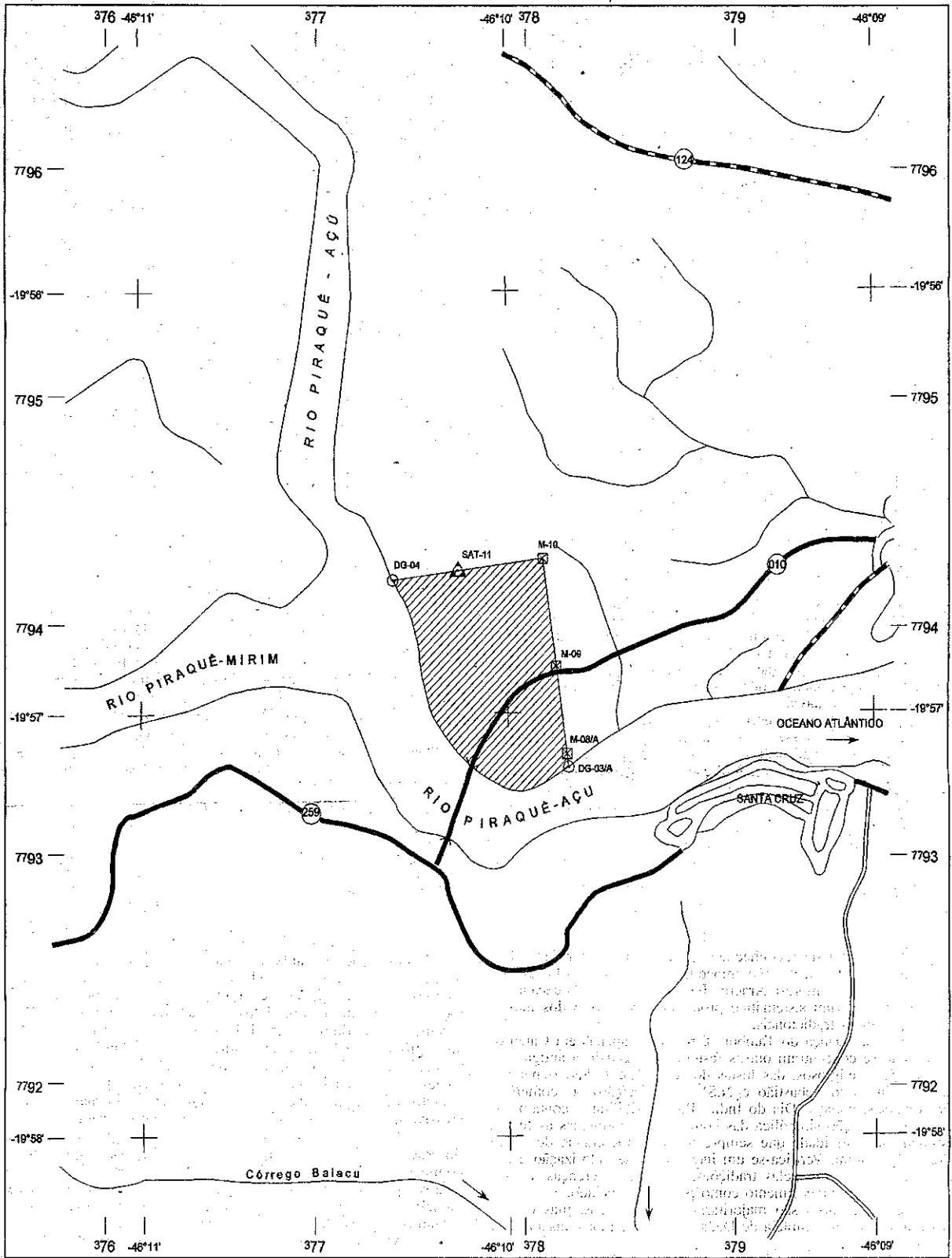
Dimensões

Superfície: 57,7 (cinquenta e sete hectares e setenta ares) aproximadamente

Perímetro: 3 km (três quilômetros) aproximadamente


Descrição do Perímetro

NORTE: partindo-se do ponto digitalizado DG-04, de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'41,748" S e 40°10'18,273" Wgr., localizado na margem do rio Piraquê-Açu, segue por uma linha seca até o Marco SAT-11, de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'39,794" S e 40°10'08,071" Wgr., daí, segue-se por uma cerca, em linha reta até o Marco M-10, de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'38,092" S e 40°09'54,098" Wgr. LESTE: do marco antes descrito, segue-se por uma linha seca, até o Marco M-09, de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'53,370" S e 40°09'51,998", localizado na faixa de domínio da estrada que liga o Povoado de Santa Cruz ao Bairro de Coqueiral; daí, segue-se por uma cerca, pelo mangue, até o Marco M-8/A, de coordenadas geográficas geodésicas 19°57'05,820" S e 40°09'50,287" Wgr.; daí, segue-se por uma linha reta até o Ponto DG-03/A, de coordenadas geográficas geodésicas 19°57'07,675" S e 40°09'50,032" Wgr., localizado na margem do rio Piraquê - Açu. SUL/OESTE: do ponto antes descrito, segue-se a montante, pelo referido rio, até o ponto digitalizado DG-04, inicial da presente descrição perimétrica. A Base Cartográfica utilizada na elaboração deste memorial: SE.24-Y-D-IV - IBGE - 1979 - Escala 1:100.000. Responsável Técnico identificação dos limites: Hélcio de Mattos Batista, Engenheiro Agrimensor - CREA-AM nº 4.726/D.



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- POSTO INDÍGENA. CAMPO DE POUSO
- ALDEIA INDÍGENA. MALOCA INDÍGENA
- MARCO DE DIVISA. PONTO DE SATÉLITE
- PONTO DIGITALIZADO. DIREÇÃO DE CORRENTE
- PLACA INDICATIVA. CERCA DE ARAME
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
- RODOVIA TRANSITÁVEL O ANO TODO
- RODOVIA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOM. CAMINHO
- RIO PERMANENTE. RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA. TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- LIMITE ESTADUAL. LIMITE MUNICIPAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

| | | | |
|---|--|--|---|
| DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA CAIEIRAS VELHAS II | | PLANTA: DELIMITAÇÃO | |
| MUNICÍPIO: ARACRUZ | | SUPERFÍCIE: 57,7 ha | PERÍMETRO: 3 km |
| ESTADO: ESPIRITO SANTO | | ESCALA: 1:25.000 | DATA: 11/06/01 |
| AER: GOV. VALADARES | | PROCESSO: | BASE CARTOGRÁFICA: SE-24-Y-D-IV |
| RESP. TEG. DEFINIÇÃO LIMITES: MARIA ELIZABETH B. MONTEIRO ANTROPOLOGA | RESP. TEG. IDENTIFICAÇÃO LIMITES: HÉLIO DE MATTOS BATISTA ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA-AM 4.278/D | VISTO CHEFE DO DEB: MANOEL FRANCISCO COLOMBO ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA n.º 84.889/D-SP | PORTARIA N.º: FUNAI nº 1156/00 |